

N.º: Gp0533-XI
Proc.º: 30.06.01.15
36.02.04
36.01.05
Data: 21.02.2018

Assunto: Projeto de Resolução - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República Portuguesa a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes

Exmos. Senhora Presidente, Exmos. Senhoras e Senhores deputados
Exmos. Senhoras e Senhores membros do governo,

Nesta casa, em cada iniciativa apresentada, em cada debate realizado, fazemos a história da nossa autonomia.

Nesta casa fica escrito, para a nossa memória futura e para as gerações vindouras, todos os contributos que damos aqui para fortalecer a nossa democracia.

Subir a esta tribuna é para um deputado do CDS um momento solene em que exercemos em liberdade e com responsabilidade o direito de afirmar os nossos valores.

Subir a esta tribuna é para um deputado do CDS um momento onde expressamos as preocupações das nossas populações. É um momento em que respondemos às reivindicações das nossas gentes.

Subir a esta tribuna é um momento em que, em nome da razão das nossas convicções, nos nossos ideais, nos nossos princípios, procuramos justiça para o nosso povo, exigimos responsabilidade e apontamos soluções.

Foi isso que fizemos nesta casa em 2011 e 2014 quando trouxemos a este parlamento o problema da contaminação dos solos e aquíferos da ilha terceira.

Infelizmente, para a nossa democracia, o problema da contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira constitui o maior paradigma da incapacidade de atuação dos diferentes níveis da administração regional e nacional.

Quase uma década depois das primeiras notícias e do começo de uma inação inqualificável do conjunto do nosso poder político democrático nada foi feito perante o problema de saúde pública mais grave que jamais enfrentamos na história da nossa autonomia.

Exmos. Senhora Presidente, Exmos. Senhoras e Senhores deputados,
Exmos. Senhoras e Senhores membros do governo,

Sempre que o CDS responsabilmente exigiu a descontaminação, acusaram-nos de tudo. De alarmistas. De demagogos. De incompetentes. De falta de credibilidade.

Alguns de nós, açorianos, quando questionados sobre o problema, negaram a sua existência. Confrontados com a evidência, negaram os factos. Perante a realidade, tudo fizeram para esconder a irresponsabilidade de uma incompreensível inação.

Alguns de nós, açorianos, perante as nossas legítimas preocupações, recorreram à ironia, ao sarcasmo, à piada fácil. Recorreram a tudo o que puderam para concertadamente descredibilizar cada afirmação, cada questão que tivemos, legitimamente, a coragem de fazer perante uma preocupação concreta para a vida de muitos açorianos e para a nossa ilha Terceira.

Alguns de nós, açorianos, perante este problema esqueceram-se inexplicavelmente do que era a democracia. Esqueceram-se do tempo em que o povo estava subjugado, do tempo em que o povo não podia falar, do tempo em que o povo não podia escrever, do tempo em que o povo não se podia manifestar, do tempo em que o povo não podia discordar. Esqueceram-se, preocupantemente, do tempo em que ser da oposição era delito.

Assim foi. Falar em descontaminação era inexplicavelmente sinónimo de incompetência, de falta de credibilidade e de falta de honestidade intelectual.

O CDS nunca concedeu. Não concedemos perante a soberba. Não concedemos perante a insulto. Não concedemos perante a injúria.

Para nós o que sempre esteve e está em causa são os Açores e os Açorianos. E nisso o nosso povo pode estar certo. Nunca prescindiremos de em liberdade defender os seus direitos e os seus interesses.

Exma. Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,
Exmos. Senhoras e Senhores membros do governo,

Dez anos depois, em que já tudo se disse e desdisse sobre a contaminação. Dez anos depois de sucessivos anúncios de ação que se esgotaram sempre no dia seguinte à sua publicação nas páginas dos jornais, só resta uma atitude digna a quem sempre desvalorizou as preocupações dos açorianos sobre a descontaminação: assumir, humildemente, a sua negligência e a sua consequente irresponsabilidade.

Dez anos depois, em que se desvalorizou, injuriou e atentou contra todos aqueles que nunca abdicaram de defender o direito à saúde e à vida dos seus vizinhos, dos seus pais e dos seus filhos, só resta a quem desconsiderou e minimizou os seus apelos - se tiverem alguma réstia de dignidade - pedir desculpas e reconhecer a razão de todos aqueles que, com coragem e determinação, manifestaram as suas preocupações e nunca desistiram das suas convicções.

Estavam infelizmente certos quem nunca baixou os braços e pediu, ano após ano, de relatório em relatório, que se assumisse e combatesse a maior batalha com que somos confrontados na nossa história.

O CDS Açores neste dia em que voltamos a discutir a descontaminação e toda a sua assustadora amplitude, não pode deixar de aqui prestar a sua homenagem e reconhecimento a tão grandes açorianos, professor Félix Rodrigues, Doutor Armando Mendes, professor Norberto Messias, Orlando Lima e ao jornal Diário Insular que em nome da região e da sua comunidade nunca desistiram de combater pelos seus direitos.

Exmos. Senhora Presidente, Exmos. Senhoras e Senhores deputados
Exmos. Senhoras e Senhores membros do governo,

O direito à vida e à saúde dos nossos concidadãos não é adiável e muito menos negociável. Nesta intervenção, não posso deixar de referir uma palavra de muito apreço à Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores e ao professor Norberto Messias que sem medo e com coragem põe acima de quaisquer outros interesses a saúde e a vida dos praienses.

O estudo desenvolvido pela unidade de Angra da Escola Superior de Saúde e pela Universidade de Massachusetts, campus de Dartmouth, revela dados relativamente à incidência do cancro verdadeiramente preocupantes.

E passo a citar:

“É a Praia da Vitória que detém 8,52% da população da região, e onde estão 33% dos cancros de olhos e anexos oculares, 22,2% de cancros das glândulas salivares, 21,13% de cancros do colo do útero, 11,84% de cancros do ovário e 12,8% dos cancros da bexiga e do cérebro, entre outros.”

“Todos estes dados têm uma justificação: a atividade militar desenvolvida na Base das Lajes. Norberto Messias lembra ainda que as denúncias de contaminação por hidrocarbonetos e metais pesados são mais que muitas e diz que a população não tem meios para lidar com esta situação por si só.

Refere ainda que “se juntarmos todas as mortes que já ocorreram na Terceira por este motivo, percebemos que elas superam em larga escala as que ocorreram com esta última tragédia no Continente.”

A responsabilidade de deixarmos para as futuras gerações uma região onde possam viver e realizarem-se como pessoas nas suas terras é um legado que devemos preservar e uma obrigação de que não podemos abdicar.

Não há homens. Não há partidos. Não há fações. Não há governo. Não há autarquias. Não há interesse nenhum que seja superior à terra que nos viu nascer e à vida de todos nós.

Pedimos hoje aqui o cumprimento das leis da república. Do Minho ao Algarve. Da Madeira aos Açores. É um direito de todos nós, portugueses.

Não é aceitável nem democraticamente justificável que as nossas leis continuem sem concretização efetiva quando estão em causa os direitos fundamentais do nosso povo.

Pela saúde dos Açorianos, pela vida do nosso povo, pelo futuro das gerações vindouras e pela preservação da nossa terra, esperamos que esta Assembleia dê hoje aqui um exemplo de maturidade política e aprove este projeto de resolução por nós apresentado.

Que o façamos no respeito pela memória de todos os que nos transmitiram o legado das nossas terras, em nome dos que lá habitam e em nome da responsabilidade que temos de transmitir às gerações futuras uma ilha onde possam viver.

Termino, citando o professor Norberto Messias:

“É preciso fazer qualquer coisa. Esperemos que não tenha de morrer uma ilha inteira.”

Artur Lima